

# ALGUNS ASPECTOS TEÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO COM O OLHAR NA REGIÃO DO VALE DO PARANHANA

*DILANI SILVEIRA BASSAN<sup>1</sup>*

## Resumo

O presente ensaio busca por meio de uma revisão de literatura, os principais conceitos sobre crescimento e desenvolvimento, numa abordagem que inicia-se com a visão dos mercantilistas, chegando as concepções keynesianas. O texto procura através da pesquisa empírica apresentar os indicadores que referenciam o crescimento e o desenvolvimento, visando mostrar a diferença entre os conceitos. A região de estudo, Vale do Paranhana, situa-se no Rio Grande do Sul e tem uma identificação com o setor coureiro-calçadista. O estudo através das variáveis analisadas constatou que para que se tenha uma noção da realidade do crescimento e do desenvolvimento de uma região se faz necessário a incorporação de um grupo de variáveis no âmbito econômico, social, ambiental, cultural, entre outras.

**Palavras-Chaves:** Crescimento. Desenvolvimento. Vale do Paranhana.

## Abstract

This essay seeks through a literature review, the main concepts of growth and development, an approach that starts with the vision of mercantilist, Keynesian ideas coming. The text search through empirical research that present the indicators refer to growth and development, aiming

to show the difference between the concepts. The study area, Vale do Paranhana, is located in Rio Grande do Sul and has an identification with the leather and footwear sector. The study by the variables found that in order to have a sense of the reality of the growth and development of a region incorporating a group of variables in the economic, social, environmental, cultural, and other is required.

**Keywords:** Growth. Development. Vale do Paranhana.

**JEL:** 021

## Introdução

O objetivo do presente ensaio é apresentar a partir da evolução do sistema econômico as diferentes visões sobre crescimento e desenvolvimento e procurar relacioná-la à região do Vale do Paranhana.

A ciência econômica, desde seus primórdios, estuda os processos ligados à produção de bens e à acumulação de capitais que refletem o melhor ou pior desempenho das economias dos diferentes países.

A busca por uma adequação entre produção e consumo, de um lado, e investimento e bem-estar social, de outro, é constante e evoluiu ao longo dos diferentes períodos da história da humanidade, em que o homem é o ator principal, responsável pelo trabalho (mão-de-obra) e pelo consumo da produção. Neste contexto, a ênfase inicial das atividades econômicas humanas fazia pender a balança no sentido do crescimento econômico e, mais recentemente, as preocupações recaíram sobre o aspecto do desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento foi sendo construído, paulatinamente, a partir de pesquisas sobre o comportamento das sociedades e as condições que influenciavam um melhor padrão de consumo e de qualidade de vida.

Os economistas e também outros pesquisadores (sociólogos, antropólogos, etc.) foram responsáveis pelo avanço do conhecimento no que se refere a identificar os fatores que representam o desenvolvimento de uma nação. Contudo, as discussões sobre renda, consumo, acumulação e

<sup>1</sup> Economista pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2000), Mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2003) e Doutorado em Desenvolvimento Regional pela UNISC (2013). Professora das Faculdades Integradas de Taquara-FACCAT. E-mail: [dilanib@bol.com.br](mailto:dilanib@bol.com.br)



poder econômico, já se iniciaram com os mercantilistas e os fisiocratas, na tentativa de identificar o crescimento econômico.

Atualmente, diferenciar crescimento de desenvolvimento econômico já é possível, pois, está à disposição dos pesquisadores uma série de variáveis que, tomadas em conjunto, pode medir se o país possui crescimento econômico ou não. Dentre as variáveis empregadas para avaliar o crescimento, o PIB (Produto Interno Bruto) figura como um dos representantes centrais. No entanto, se a questão for identificar o desenvolvimento econômico será necessário associar outras variáveis que representem adequadamente as condições de bem-estar de uma nação, como por exemplo, a expectativa de vida, a taxa de alfabetização, o saneamento básico, entre outras.

Amartya Sen é um autor que concebe o conceito de desenvolvimento a partir de outros aspectos, não meramente econômicos. Para ele deve-se, além de indicadores relacionados à educação e à saúde, incluir, por exemplo, as questões relacionadas à participação dos atores sociais no processo político de uma sociedade.

Este trabalho visa, através de um indicador de crescimento (PIB *per capita*) e de um indicador social (Índice de Desenvolvimento Humano - IDH) identificar algumas características que possam elucidar a questão do crescimento e do desenvolvimento na região do Vale do Paranhana. Neste sentido, apresenta-se o necessário aporte teórico acerca dos conceitos de crescimento e desenvolvimento econômicos e, posteriormente, a análise da região objeto deste estudo.

A utilização dos indicadores econômicos e sociais permeia a ideia de mostrar quão difícil é revelar as condições de bem-estar social ou de qualidade de vida das populações.

A presente revisão teórica aponta alguns elementos primários da argumentação quando se tratam dos conceitos de crescimento econômico, iniciando com a visão dos

mercantilistas e fisiocratas, em seguida avançando-se com Smith e Ricardo, precursores das primeiras ideias sobre crescimento econômico, posteriormente, examinando-se as contribuições de Marx e, por fim, seus contemporâneos, principalmente Keynes.

Ao final deste ensaio espera-se ter contribuído para a elucidação dos principais conceitos de crescimento e desenvolvimento, sua evolução e aplicabilidade no estudo empírico realizado sobre a região do Vale do Paranhana.

### **Uma discussão sobre crescimento e desenvolvimento**

As discussões a respeito de crescimento são muito antigas. Nesse contexto, para os mercantilistas, a riqueza das nações estava no afluxo de metais preciosos e, para os fisiocratas, a responsável pela riqueza era a agricultura.

No entanto, as economias dos países começam a demonstrar sinais de mudança. Surgem as primeiras indicações de um sistema econômico capitalista que dará a base para as análises de Smith, Malthus e Ricardo.

Num primeiro momento é interessante caracterizar este novo sistema que terá como referência as forças produtivas e as relações sociais de produção, chamada de modo de produção. Desta forma, são características do sistema capitalista de produção a propriedade privada dos meios de produção, as mercadorias produzidas para o mercado e a venda da força de trabalho.

Smith em seus estudos sobre as economias capitalistas observou que a geração da riqueza de uma nação só era possível pelo trabalho produtivo, e conseqüentemente, o resultado era o crescimento econômico. Este trabalho poderia gerar um produto anual maior ou menor, dependendo da divisão do trabalho e da proporção de trabalhadores produtivos e relação aos improdutivos (ARAÚJO, 1995).

A indústria, na visão de Smith, passa a ter um papel importante no

desenvolvimento das forças produtivas, com liberdade para os operários, que só poderiam viver se vendessem sua força de trabalho em troca de um salário (HUNT, 1989).

O destaque da obra de Smith estava no trabalho produtivo, que gerava acumulação de capital e esse promovia o aumento do bem-estar econômico, orientado pela mão invisível. O bem-estar econômico tinha uma definição simples, dependia da quantidade do produto do trabalho e do número dos que deveriam consumi-lo (SMITH, 1998; HUNT, 1989).

Já Ricardo passa então a preocupar-se com a distribuição social da riqueza e como a distribuição afeta a taxa de lucro e o crescimento econômico. Para explicar suas ideias ele utiliza-se de um princípio conhecido com renda da terra (CORAZZA, 2005).

A explicação do princípio da renda da terra pressupõe que o crescimento econômico implica em uma demanda maior por alimentos, sendo assim terras menos férteis e mais distantes tendem a ser utilizadas na produção, aumentando os custos, diminuindo o lucro dos capitalistas.

Ricardo, ainda, contribuiu para a definição de crescimento econômico com sua teoria de comércio internacional, conhecida por teoria das vantagens comparativas. Para ele, o livre comércio era o caminho para o bem-estar doméstico e internacional (FUSFELD, 2003).

Tanto Smith, como Ricardo, eram partidários da Lei de Say. Essa lei afirmava que toda a produção gera um mercado consumidor. Isso revela a preocupação apenas com a oferta dos produtos. Além disso, Ricardo e Smith tinham na poupança uma condição necessária para a acumulação de capital e o crescimento econômico (CORAZZA, 2005).

As preocupações relacionadas ao aumento da riqueza das nações, ou seja, ao crescimento econômico, levou Malthus a uma inquietude relacionada às questões populacionais. A teoria de Malthus deve ser

contextualizada em uma época em que a Revolução Industrial deixou uma grande parcela da população marcada pelo desemprego, doenças, pobreza, habitações precárias, êxodo agrícola, levando a uma migração populacional para as cidades, permitindo assim, um aumento da mão-de-obra e queda dos salários (MALTHUS, 1996).

Malthus levantou o problema da superprodução e da ausência de demanda efetiva para absorver a produção. Ele não concordava com a Lei de Say admitindo a falta de mercado ou demanda efetiva para consumo da produção.

Portanto, a discussão em torno da demanda efetiva visava uma solução para a absorção da produção, pois os pobres não tinham renda e os salários ficavam abaixo do nível de subsistência, os capitalistas pensavam apenas na acumulação, ou para investir, ou para aumentar seus lucros e a nobreza, proprietária das terras, gastava toda sua renda em consumo.

Por fim, a contribuição dos representantes da economia clássica foi importante para as primeiras noções de crescimento econômico.

Entretanto, surge a contribuição de Marx acerca das economias capitalistas. Para o autor, as relações econômicas são as forças motrizes fundamentais em qualquer sociedade e os dois grandes interesses econômicos são os dos capitalistas e dos trabalhadores. Desta forma, o capitalismo só poderá prosperar se o trabalhador for explorado (FUSFELD, 2003). Portanto, com Marx, o crescimento econômico de uma sociedade ocorria via modo de produção capitalista, exploração do trabalho e acumulação de capital (HUNT, 1989; ARAÚJO, 1995).

Porém, no início do Séc. XX surgem dois economistas, Kalecki e Keynes, que irão centrar sua análise não na oferta de produtos, como fora a preocupação dos clássicos, mas, sim, na demanda e, além disso, em questões econômicas que passam a ser abordadas a nível macroeconômi-

**“A discussão sobre os conceitos de crescimento e desenvolvimento chega à conclusão que existem duas correntes que abordam o crescimento. A primeira, dos economistas neoclássicos, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento.”**

co. Esses autores não consideravam apenas a produção e o consumo como formas de gerar riqueza, mas o governo e o setor externo como participantes do crescimento econômico.

Kalecki abordou o crescimento econômico de forma bastante quantitativa, buscando verificar como ocorre a formação da renda nacional a partir do consumo da classe capitalista e trabalhadora. Essa visão está intimamente ligada ao conceito de crescimento econômico, que mede de forma quantitativa e por meio da renda o bem-estar das sociedades (MIGLIOLI, 1982; ARAÚJO, 1995).

Keynes se projeta no cenário econômico numa época em que as economias estavam em crise (1929) e o predomínio era da teoria neoclássica (Marshall), da Lei de Say (a oferta cria sua demanda), do ajuste automático do mercado e do alto desemprego (ARAÚJO, 1995).

O contexto em que surge a obra de Keynes era de alto desemprego de mão de obra e de recursos produtivos e grande queda na ren-

da nacional. Para ele, as fraquezas do sistema capitalista estavam no desemprego e na desigualdade da distribuição de renda e de riqueza.

Keynes propôs uma nova abordagem do crescimento econômico, apresentada em sua obra a Teoria Geral (1936). Ele identificou dois problemas do capitalismo. O primeiro referia-se à concentração de renda. Já o segundo estava relacionado à manutenção da demanda a fim de sustentar um nível de pleno emprego. Para o autor a intervenção do governo poderia ser a solução para esses problemas (KEYNES, 1996).

Observa-se que os trabalhos mais atuais têm uma preocupação com a demanda efetiva, que é a geradora da produção. O resultado desse aumento de demanda e, conseqüentemente de produção, é visto pelos economistas como a forma de gerar renda e chegar ao crescimento econômico.

A discussão de Kalecki e Keynes gira em torno do que as economias capitalistas podem fazer para aumentar a demanda efetiva e atingir um nível de pleno emprego, pois, como afirma Kalecki, o problema não é a falta de recursos produtivos, mas a insuficiência de demanda efetiva, que pode levar as economias a uma crise econômica. Keynes achava necessária a intervenção do governo na regulamentação do mercado, porque a ideia de mercado autorregulado dos clássicos mostrava-se ineficiente para atender às necessidades da sociedade (MIGLIOLI, 1982).

A discussão sobre os conceitos de crescimento e desenvolvimento chega à conclusão que existem duas correntes que abordam o crescimento. A primeira, dos economistas neoclássicos, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. A segunda corrente encara o crescimento econômico como uma variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas (SOUZA, 2005).

Assim, o desenvolvimento econômico pode ser entendido como um processo de transformação da estrutura econômica, na qual se verifica uma melhoria na qualidade de vida da população. Já crescimento econômico significa apenas a elevação da capacidade produtiva de uma economia. O crescimento econômico é medido, sobretudo, pela evolução do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto que o desenvolvimento precisa ser caracterizado por meio de diferentes indicadores.

Siedenberg (2001b) aponta para a relação do termo desenvolvimento com o conjunto de conceitos originários da biologia, ciência na qual desenvolvimento, crescimento e evolução são utilizados para explicitar diferentes processos biológicos transformacionais, que dizem respeito a mudanças qualitativas e quantitativas, a formas como ocorrem e aos elementos a que elas estão submetidas. Nesse sentido, o conceito de crescimento é o aumento ou a ampliação daquilo que já existe e desenvolvimento ocorre quando há uma transformação qualitativa de habilidades individuais ou coletivas pré-existentes.

Souza (2005) afirma que algumas teorias econômicas tratam o crescimento como sinônimo de desenvolvimento, porém outras afirmam ser o crescimento uma questão indispensável para o desenvolvimento, mas não suficiente. Por último, o crescimento econômico passa a ser uma simples variação quantitativa do produto, enquanto desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas.

Para Singer (1982), o crescimento é visto como um processo de expansão quantitativa, geralmente observado em sistemas relativamente estáveis dos países industrializados, ao passo que o desenvolvimento é encarado como um processo de transformações qualitativas dos sistemas econômicos que prevalecem nos países desenvolvidos, ou seja,

é um processo de passagem de um sistema a outro.

Furtado (2000) afirma que um dos avanços da teoria do desenvolvimento é a percepção mais lúcida da história econômica recente. Isso porque a significação de fatores não econômicos no funcionamento e na transformação dos sistemas econômicos, bem como, a importância do grau de informação dos agentes responsáveis pelas decisões econômicas se tornam cada vez mais evidentes.

Portanto, ao conceituar desenvolvimento é preciso que se tenha uma percepção que vai além dos aspectos exclusivamente econômicos. É necessário um conjunto de ações que envolvam pessoas e instituições.

No entanto, Furtado (2000) traz outra teoria sobre desenvolvimento que se preocupa quase exclusivamente com a dinâmica dos sistemas industriais. Uma análise das economias contemporâneas confirma que existe elevada correlação entre desenvolvimento e industrialização.

Hirschmann, em seu livro *The Strategy*, defende o estabelecimento de indústrias que promovam encadeamentos para trás, ou seja, estimulem setores fornecedores de insumos para a indústria principal como estratégia para promover o desenvolvimento (Bianchi, 2007). A economia absorve essa noção de encadeamento e a formaliza em índices de desenvolvimento que irão identificar setores chave na economia. Dessa forma, atividades com alto potencial de gerar encadeamento para frente e para trás seriam as principais fontes de desenvolvimento (BIANCHI, 2007).

Marshall também desenvolveu sua teoria com base na indústria, basicamente tratando dos distritos industriais como geradores do desenvolvimento. Contudo, um aspecto importante da discussão marshalliana é o resultado que o conhecimento técnico e a educação têm sobre o processo de industrialização.

Na citação abaixo, Marshall coloca a importância de, num primeiro momento, se ter vontade de

trabalhar e, num segundo momento, associar a isso à capacidade técnica via educação.

Não há extravagância mais prejudicial ao crescimento da riqueza de uma nação do que esse desperdício, que faz com que se percam num trabalho inferior os homens de talento nascidos de pais pobres (MARSHALL, 1996, p.268).

O autor também coloca que na Idade Média as regiões que prosperaram mais rápido eram aquelas com maior proporção de industriais, constituída por filhos de operários (MARSHALL, 1996).

Para Marshall, havia, entre os mais pobres, trabalhadores ou filhos de trabalhadores, talentos ainda não descobertos que necessitavam apenas de um incentivo e de educação técnica para que aflorasse seu dom industrial.

Dessa forma, a visão de crescimento econômico para Marshall passava por um processo de industrialização associado a habilidades individuais para o trabalho e a educação para aprimorar o conhecimento dos futuros industriais.

Todavia, o desenvolvimento econômico para Schumpeter não poderia ser definido apenas por questões econômicas, mas mediante uma interpretação econômica da história. Então, para o autor, a definição de desenvolvimento econômico era:

Entenderemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. Pretenderíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não

é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo a sua volta, e que as causas e, portanto, a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica (SCHUMPETER, 1985, p. 47).

No trecho citado acima, o autor demonstra uma preocupação com questões não ligadas à economia, e sim, a outros fatores que poderiam, juntamente com os fatos econômicos, ser os propulsores do desenvolvimento. Ele acreditava que a história das sociedades está inteiramente ligada com a questão do desenvolvimento. Este, para ele, ocorre a partir de um processo de adaptação dos fatos econômicos e da evolução das sociedades.

Outra visão de desenvolvimento, estudada por Schumpeter em sua obra "Teoria do Desenvolvimento Econômico" (1912), é a função do empreendedor na criação do progresso e do avanço econômico. A certeza de Schumpeter era que a inovação, o crescimento econômico e as transformações ocorrem juntos e um reforça o outro. O empreendedor e suas contínuas inovações são os geradores de crescimento econômico (FUSFELD, 2003).

As indagações de Schumpeter com relação aos demais fatores que poderiam influenciar no desenvolvimento econômico, podem de certa forma ser respondidas por Amartya Sen. O autor passa a estudar outros aspectos que levam ao desenvolvimento, como, por exemplo, o acesso a direitos civis e políticos envolvendo decisões sobre a qualidade de vida das sociedades.

Para Sen (2000), uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto, não desconsiderando a importância do crescimento. O autor vê o desenvolvimento como um direito à liberdade de que as pessoas devem

usufruir. Essa liberdade está não somente relacionada a privações econômicas, mas também a privações civis e políticas.

Além disso, Sen vê o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades que tem um papel constitutivo e instrumental, como segue abaixo:

O papel constitutivo relaciona-se à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana. As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como, por exemplo, ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão, etc (SEN, 2000, p. 52).

Por conseguinte, desenvolvimento é muito mais do que ter renda elevada e acesso à educação e à saúde, que são básicos. É ter direitos civis e políticos, oportunidades e condições de aquisição de bens e serviços e fazer com que as pessoas possam participar como protagonistas no processo de construção de uma sociedade mais igualitária.

Por último, é necessário considerar um aspecto importante do desenvolvimento que se refere à utilização adequada dos recursos naturais a fim de dar continuidade à produção de bens para as gerações futuras. Um dos representantes dessa corrente é Ignacy Sachs.

Sachs, 2001 vê o crescimento econômico conforme o excerto abaixo:

O crescimento econômico, se repensado de forma adequada, de modo a minimizar os impactos ambientais negativos e colocá-lo a serviço de objetivos socialmente desejáveis continua sendo uma condição necessária para o desenvolvimento. (SACHS, 2001, p. 158)

Essa citação revela o viés como se devem perceber os dois conceitos. O crescimento deve ser pensado como um fator necessário para a geração

de renda, que é o motor da economia e, desta forma utilizá-lo a fim de atender às questões sociais de infraestrutura (saneamento, educação, moradia, saúde, etc.) atingindo assim o objetivo maior que é o desenvolvimento. É importante não esquecer que a alocação eficiente dos recursos naturais também é uma forma de desenvolvimento, pelo fato de preservar condições que são responsáveis pela qualidade de vida e bem-estar da sociedade.

Assim, o conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento de forma ampliada. Ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa de mudanças individuais e da sociedade. Essa complexidade traduz as diversidades das formas sociais e econômicas.

A evolução dos conceitos de crescimento e de desenvolvimento mostra claramente uma preocupação inicial apenas com a produção e a renda. Estudos mais atuais já envolvem fatores, os quais demonstram que uma análise apenas da renda não é suficiente para refletir adequadamente o estágio de desenvolvimento de uma sociedade. Pode-se considerar que a renda, hoje, é apenas um aspecto de um complexo de variáveis que são necessárias para a constatação do desenvolvimento.

## **A abordagem dos indicadores econômicos e sociais**

Este trabalho tem por objetivo avaliar dois indicadores que representam o crescimento econômico (PIB *per capita*) e o desenvolvimento econômico (IDH), mas principalmente a fim de revelar o quanto é ineficiente uma análise restrita apenas a alguns indicadores.

Há algumas décadas, o indicador mais utilizado para classificar uma região como pobre ou rica era o PIB *per capita* (Produto Interno Bruto *per capita*). Porém, este indicador consegue apenas avaliar a questão quantitativa, ou seja, preocupa-se mais com o total do produto *per capita* gerado, e não em *como* ele é gerado,

deixando de medir o padrão de vida de seus cidadãos.

Porém, para que se possa realmente avaliar o grau de pobreza ou riqueza de uma região há necessidade de analisar outros fatores, como alimentação, educação, transporte, infraestrutura, saúde e moradia, abarcando assim as principais necessidades sociais da população. Portanto, o PIB é um indicador quantitativo diretamente relacionado à produção, medindo apenas o crescimento econômico, deixando de analisar o 'estado social' de uma região, ou seja, o lado qualitativo do crescimento.

Já o desenvolvimento necessita de indicadores que forneçam dados que sejam essenciais para demonstrar o nível de qualidade de vida da população. No entanto, o crescimento econômico e o desenvolvimento social de uma região devem estar associados, pois o crescimento de uma região é determinante para a qualidade de vida da população.

Sen (2000), afirma que o importante na escolha de um indicador é a perspectiva que se tem de oferecer uma visão abrangente do quadro de carência ou de opulência que se quer detectar.

Conforme Albuquerque e Villela (1991) costuma-se usar o PIB *per capita*, como medida do nível de desenvolvimento. No entanto, deve-se considerar que o PIB é, antes de tudo, um indicador de produção, de poder ou crescimento econômico.

Desta forma, devido ao sistema de preços utilizado para mensurar o PIB, que reflete mercados imperfeitos, protegidos, e uma estrutura de demanda associada à distribuição de renda, o crescimento do PIB poderá refletir, apenas, o aumento das rendas da parcela mais rica de uma população.

Outrossim, um dos fatores responsáveis pelo aumento do PIB é a maior produtividade da mão-de-obra que multiplicou o PIB *per capita* das nações industrializadas. Desta forma uma distribuição igualitária daria para atender as necessidades

das sociedades. No entanto, o que se vê é uma deterioração da distribuição de renda (SACHS, 2001).

Para Siedenberg (2001a), o PIB é frequentemente utilizado como indicador de desenvolvimento, apesar de retratar essencialmente o aspecto econômico de determinado território ou região. Segundo o autor, como o conceito de desenvolvimento vem incorporando indicadores de qualidade de vida para mensurá-lo, o PIB está perdendo espaço como indicador exclusivo.

Portanto, uma vez que o PIB reflete apenas a parte quantitativa do desenvolvimento é necessária complementar a análise com a introdução de variáveis sociais, responsáveis pela parcela qualitativa desse desenvolvimento.

### Um olhar sobre a região: a identificação do desenvolvimento

A análise empírica tem como objeto de estudo a região do vale do Paranhana que é composta por seis municípios e registrava, em 2012, uma população de 188.331 habitantes. De acordo com os critérios utilizados pelo Conselho Regional do Vale do Paranhana, os municípios que compõem esta região são Igrejinha, Parobé, Riozinho, Rolante, Taquara e Três Coroas, totalizando

uma área de aproximadamente 1.424,7 km<sup>2</sup> (FEE, 2013).

Desta forma, os dados da Tabela 1 apresentam a evolução do PIB *per capita* dos municípios do Vale do Paranhana. Pode-se observar que se a avaliação for meramente de crescimento econômico, os resultados são extremamente positivos. Mas, existem questões intrínsecas que não conseguem ser visualizadas apenas pelo aumento da renda. Sabe-se também, que o Brasil é um país com processo de concentração de renda histórico e que isso reflete a nível regional.

O Vale do Paranhana é conhecido, assim como, o Vale dos Sinos, pela produção de calçados e concentração de grandes indústrias do setor. Se analisarmos pela visão de Marshall a industrialização é um fator de crescimento econômico. Mas entende-se que, a partir da abordagem teórica dos diferentes conceitos de desenvolvimento a presença de uma indústria não é suficiente para determinar se o local é o não desenvolvido.

A avaliação da variação positiva do PIB *per capita* em alguns municípios da região pode ser entendida a partir do desempenho do setor industrial, coureiro-calçadista, principal atividade econômica da região.

**Tabela 1 - PIB per capita dos municípios do Vale do Paranhana (R\$)**

Municípios	PIB	2000	PIB	Evolução
	<i>per capita</i>	Base = 100	<i>per capita</i>	
	2000		2010	2000-2010
Igrejinha	8.933	100	27.704	310
Parobé	8.667	100	12.750	147
Riozinho	5.626	100	15.223	270
Rolante	5.590	100	13.832	247
Taquara	4.718	100	13.628	288
Três Coroas	9.208	100	22.826	247
Média do Vale	7.124	100	17.660	248

Fonte: FEE, 2013

“

**Observou-se que o crescimento do PIB não alterava os níveis de pobreza que permaneciam altos, acentuando-se as desigualdades sociais em diversos países.**

”

Desta forma, pode-se afirmar que uma parcela da renda é proveniente do setor industrial, sendo assim, é possível que os municípios da região tenham uma predominância de empresas ligadas a esse setor, devido aos excelentes resultados em termos de crescimento da renda. Porém, se a análise for *in loco*, talvez esta realidade se mostre diferente do que dizem os números.

Mesmo sendo uma região bastante representativa na produção de calçados, o setor coureiro-calçadista vem enfrentando algumas crises relativas a taxas cambiais desfavoráveis e à concorrência do calçado chinês. Esses fatores desmotivaram a exportação e tornaram o produto nacional menos competitivo nos mercados externos, com o fechamento de indústrias importantes na geração de renda e de emprego.

Entretanto, como o PIB não é um indicador de qualidade de vida, pois, não consegue revelar situação social de uma sociedade, se fez necessário buscar indicadores que identifiquem esses aspectos.

Os indicadores sociais têm seu aparecimento datado no século XX, ganhando um corpo científico por volta de 1960, como parte das tentativas de organização dos sistemas mais

abrangentes de acompanhamento das transformações sociais e aferição do impacto das políticas sociais nas sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas (JANNUZZI, 2002).

O que levou a comunidade científica a buscar informações sociais foi o descompasso entre o crescimento econômico e a melhoria das condições sociais em países do Terceiro Mundo. Observou-se que o crescimento do PIB não alterava os níveis de pobreza que permaneciam altos, acentuando-se as desigualdades sociais em diversos países. O PIB *per capita*, mostrava ineficiência como indicador do nível de desenvolvimento socioeconômico e era menos apropriado como medida de bem-estar social.

Para Jannuzzi (2002), um indicador social é uma medida em geral quantitativa, dotada de significado social abstrato, é um recurso metodológico, empiricamente referido que informa algo sobre a realidade social e sobre as mudanças que estão ocorrendo na mesma. Os indicadores sociais servem para subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas (municipal, estadual e federal), possibilitando o monitoramento por parte do poder público e da sociedade civil, das condições de vida e bem-estar da população.

Portanto, no contexto deste trabalho será abordado apenas o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) por ser um dos mais utilizados

quando se trata das questões sociais de uma determinada localidade.

O IDH é um índice proposto pelo Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas – PNUD. É composto por indicadores socioeconômicos ponderados e agrupados por blocos. Este indicador abrange a área da saúde utilizando-se como medida a esperança de vida ao nascer; a educação e a renda, medida pelo PIB *per capita*.

Para análise do IDH, conforme Oliveira (2001), os limites mínimos e máximos foram estabelecidos a partir do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1995. O intervalo de variação do IDH localiza-se entre 0 e 1, para a proximidade de zero tem-se carência máxima e para um valor desejável igualado à unidade, tem-se carência mínima.

O índice de desenvolvimento humano utilizado na classificação de países, estados e municípios obedece a seguinte distribuição, conforme o PNUD (ONU): o país, região, estado ou município que tiver um índice variando entre 0 e 0,49 é considerado de baixo grau de desenvolvimento; quando o intervalo localiza-se acima de 0,5 até 0,8 o grau é médio e acima de 0,8 até 1,0 é considerado de alto grau de desenvolvimento.

Observando a Tabela 2, que apresenta os dados sobre o índice de desenvolvimento humano (IDH), verifica-se que houve evoluções positivas desse indicador entre 1991 e 2000 na região do Vale do Paranhana.

**Tabela 2 - Índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do Vale do Paranhana -1991 e 2000**

Municípios	IDH	IDH
	1991	2000
Igrejinha	0,80	0,82
Parobé	0,75	0,79
Riozinho	0,62	0,76
Rolante	0,67	0,78
Taquara	0,80	0,82
Três Coroas	0,74	0,80
<b>Média da região</b>	<b>0,72</b>	<b>0,80</b>

Fonte: IBGE, IPEA/PNUD, 1991; IPEA e FJP, 2000

Os dados revelam que para o ano de 2000, a classificação dos municípios é de grau médio de desenvolvimento, ou seja, na região do Vale do Paranhana, o índice reflete uma situação de carência mínima. Isto pode ser reflexo de investimentos em políticas públicas voltadas para a área social e de infraestrutura.

O que se observa ao analisar apenas os resultados numéricos de dois indicadores importantes para classificar as condições econômicas e sociais é a insegurança quanto as afirmações positivas para a região.

É possível desta forma e, analisando os resultados, considerar que a região é desenvolvida, pois tanto a renda como as condições sociais tiveram resultados favoráveis. No entanto, para que realmente se possa afirmar que houve desenvolvimento é essencial um elenco de variáveis (saúde, educação, moradia, saneamento, participação política, entre outras), que reflitam melhor as questões sociais.

### Considerações finais

De acordo com aporte teórico verificado na primeira parte deste trabalho é importante salientar que, para a economia clássica, o resultado do aumento da produção e da renda é o indicador de crescimento econômico. Contudo, com o avanço nos estudos relativos a este conceito, verificou-se que, aos poucos, outras condições eram necessárias para que fosse possível afirmar se uma sociedade era desenvolvida ou não.

A discussão sobre crescimento e desenvolvimento ficou mais acirrada após a Segunda Guerra Mundial. O mundo tinha de ser reconstruído e para isso havia a necessidade de um projeto mais amplo do que apenas aumento de produção e renda. A guerra destruiu as sociedades, que tiveram que se reerguer novamente e livrar-se de problemas como a miséria, a fome, a desigualdade racial e as desigualdades econômicas, sociais e políticas.

Na análise dos conceitos de crescimento e desenvolvimento,

numa abordagem da região do Vale do Paranhana, foi interessante observar que apenas um indicador de renda que mede o crescimento econômico e um indicador social que mede a qualidade de vida não são suficientes para identificar o nível de desenvolvimento da região. Na verdade, o indicador de crescimento (PIB *per capita*) serve apenas para complementar o indicador social (IDH) e mesmo assim persiste a dúvida quando se faz a afirmação que a região é desenvolvida. Observa-se, dessa forma, uma fragilidade dos indicadores, sendo que o PIB *per capita* mede apenas a renda e o IDH, se decomposto, poderá então fornecer algumas informações mais consistentes sobre a situação social.

Constatou-se também por meio da teoria que a presença de industrialização é um indicativo de crescimento econômico, entretanto, se esta indústria não produz efeitos positivos para a comunidade local, não se verifica um processo de desenvolvimento e, novamente, há uma carência de informações que podem certificar esse processo.

Como afirma Sen (2000), o desenvolvimento é um processo que elimina a carência, não só econômica, mas exclui todo e qualquer tipo de privação. Faz com que as pessoas passem a participar ativamente da construção do desenvolvimento a partir da liberdade que tem de utilizar seus direitos civis e políticos.

Portanto, o crescimento e o desenvolvimento não podem ser analisados de forma separada. Além disso, para que haja desenvolvimento, a renda deve ser bem distribuída, o que parece ocorrer na região do Vale do Paranhana. Entretanto, este estudo pode não demonstrar claramente a real situação da região, pois esbarra na ausência de análise de outros indicadores que poderiam compor melhor o quadro da realidade social e qualidade de vida na região.

Devido à complexidade na avaliação do desenvolvimento e, além disso, a falta de conhecimento e ferramentas é que os estudos econômicos

começam analisando apenas o fator quantitativo, o PIB ou a produção.

Concluindo, fica a dúvida, saber se há crescimento ou desenvolvimento a partir das únicas duas variáveis analisadas. Também é possível que, mesmo com um número bem maior de indicadores, ainda seja difícil afirmar se houve desenvolvimento, que é um processo mais complexo que o crescimento e, de certa forma, envolve as pessoas e a sociedade de forma subjetiva, o que torna a sua investigação mais difícil.

### Referências

ALBUQUERQUE, R. C., VILLELA, R. A situação social do Brasil: um balanço de duas décadas. In: VELLOSO, João P. Reis (Org.). **A questão social no Brasil**. São Paulo: Nobel, p. 23-104, 1991.

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. **História do pensamento econômico: uma abordagem introdutória**. São Paulo: Atlas, 1995.

BIANCHI, Ana Maria. Albert Hirschmann na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 131-150. ago. 2007

CORAZZA, G.. Malthus e Ricardo: duas visões de Economia Política e de Capitalismo. **Cadernos IHU Idéias**, São Leopoldo, v. 3, n. 34, p. 1-22, 2005.

FUSFELD, Daniel R. **A era do economista**. São Paulo: Saraiva, 2003.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Acessado em maio de 2013. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>> Acesso em: 20 maio 2014.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 10 ed. Revisada. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 355 p.

HEILBRONER, Robert L. **A história do pensamento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Desenvolvimento humano e condições de vida**: indicadores brasileiros. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Brasília, DF, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro (FJP); Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Brasília, 2000.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **RAP – Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, jan./fev. 2002. p 51-72.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MALTHUS, Thomas. R. **Princípios de economia política e considerações**

**sobre sua aplicação prática** - Ensaio sobre a população. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1996. (Livro 4).

MIGLIOLI, Jorge. O esquema da reprodução. In: **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo TA Queiroz, 1982.

OLIVEIRA, Julio César de. **Desenvolvimento humano, desigualdade de renda e pobreza nos Conselhos Regionais e municípios do Rio Grande do Sul entre 1970 e 1991**. 2001. 275 p. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2001.

SACHS, Ignacy. **Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o âmbito da política**. São Paulo: UNESP/Edusp, 2001.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, cré-**

**dito, juro e o ciclo econômico**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SIEDENBERG, Dieter R. Desenvolvimento e disparidades socioeconômicas no Rio Grande do Sul. **Redes**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, v. 6, n. 2, p. 7-40, maio/ago, 2001a.

SIEDENBERG, Dieter R. Uma abordagem epistêmico-sistemática do conceito de desenvolvimento. **Rea – Revista de estudos de administração**. Ijuí: Editora Unijuí, ano 2, n. 3, p. 5-10, julho/dez, 2001b.

SINGER, Paul. Conjuntura e Desenvolvimento. In: \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e crise**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 162 p.

SMITH, Adam. **Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1986.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.



**UNIFACS**  
UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES®

**Novo Call Center**

**71 3021-2800**